

Fernando Molica

Jabutis gigantes e tolerância

Jabutis do tamanho de elefantes, a Refit e o Banco Master só conseguiram subir em suas gigantescas árvores graças ao apoio das mãos de muita gente.

Há muitos anos que o nome da Refit — Refinaria de Manguinhos — circula em becos e tocas, marca presença nos escaninhos que registram os grandes devedores de impostos, aparece em ne-grito em processos como o da Lava Jato.

Dono da refinaria, Ricardo Andrade Magro atuou como advogado de Eduardo Cunha, aquele ex-presidente da Câmara. Executivo da empresa e um dos alvos da operação deflagrada ontem, o engenheiro Jonathas Assunção de Castro foi, durante o mandato de Jair Bolsonaro, secretário-executivo de dois ministérios: Secretaria de Governo e Casa Civil.

Teve como chefes os ministros Luiz Eduardo Ramos e Ciro Nogueira. No fim de 2022, Assunção chegou a assinar documentos como ministro substituto da Casa Civil (o secretário-executivo é o segundo na hierarquia nos ministérios).

Alvo de intervenção pelo Banco Central, o Master há muito tempo estava na lista das instituições que deveriam ficar sediadas no antigo prédio Balança Mais Não Cai, que, há muitas décadas, viu nome de programa humorístico. Tinha saldo negativo e vermelho em credibilidade.

Assim como a Refit, o Master se mantinha no alto da árvore graças aos seus inúmeros contatos na área política: as duas empresas sempre soubrem rezar, de forma deturpada e pagã, a oração de São Francisco, aquela do é dando que se recebe. Especialista em refinar bons contatos, produzir lobbies, converter débitos fiscais em créditos e a mandar para tubulações de esgoto as cobranças de impostos, a Refit, segundo as investigações do Ministério Público de São Paulo e da Receita Federal é especialista em produzir sonegação; algo em torno de R\$ 26 bilhões de impostos que não foram pagos graças a uma produção aditiva-

da de fraudes.

Um dos grandes credores da Refit é o estado do Rio de Janeiro que, no mês passado, buscou na Justiça a volta das atividades da refinaria, que havia sido interditada no mês anterior pela Receita Federal e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

O governo alegou que a paralisação impedia a Refit de recolher mensalmente R\$ 50 milhões, parcelas de uma dívida de R\$ 1 bilhão com o tesouro estadual. Mas, segundo o Ministério da Fazenda, o prejuízo aos cofres fluminenses chega a R\$ 10 bilhões, quantia semelhante aos R\$ 9,6 bilhões que empresa teria de deixado de pagar ao estado de São Paulo.

O caso da Refit ilustra com perfeição a importância do projeto do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) que pune o chamado devedor contumaz, empresas cujo verdadeiro objetivo é do-fraudar os cofres públicos.

Apresentado em 2022, o projeto só foi aprovado pelo Senado no início de setembro passado, quando foi encaminhado à Câmara.

Lá, tem uma tramitação bem mais lenta do que a proposta que pune facções criminosas, suas excelências têm demonstrado muito ímpeto em punir bandidos que usam chinelos e fuzis, mas não aqueles que envergam ternos, usam jatinhos e têm as canetas cheias de munição letal.

Pressionado pelo governo, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), colocou em votação a urgência do projeto, aprovada no último dia 30. Mas, passado quase um mês, ele, até a tarde de ontem, sequer havia designado um relator para cuidar do caso.

Os esquemas que, ao longo dos anos, permitiram à Refit e ao Master faturarem tanto demonstra, mais uma vez, a existência de uma espécie de tolerância contumaz de agentes do Estado com a corrupção. Já passou da hora de explodir esse oleoduto.

EDITORIAL

Novelas e streaming

Há algum tempo, a audiência das novelas caiu e muitos brasileiros se perguntam se o público ainda se reconhece nas tramas da televisão aberta. De tempos em tempos, uma história se destaca. Em 2012, até a então presidente Dilma Rousseff cancelou compromissos para ver o fim de Avenida Brasil. Mais recentemente, voltou-se a questionar quem matou Odete Roitman, mas sem o mesmo entusiasmo, quase como uma lembrança nostálgica de um país que costumava parar diante da TV.

Apesar de alguns sucessos, o cenário mudou profundamente. No início dos anos 2000, seria impensável uma novela das nove ser exibida e esquecida ainda no mesmo ano. Hoje, diversas tramas da última década já se perderam da memória popular, esmagadas por uma oferta quase infinita de conteúdos sob demanda. A disputa pela atenção nunca foi tão acirrada.

Críticos apontam que o ritmo lento das produções não combina mais com a rotina apressada dos espectadores, habituados a narrativas curtas e diretas das séries estrangeiras. O hábito de acompanhar um capítulo por dia, seis vezes por semana, já não cabe na vida de muitos brasileiros, que preferem maratonar no próprio tempo e evitar longas tramas que demoram a engrenar.

Outro ponto é a identificação. O público se reconhece no que vê? Houve avanços na diver-

sidade dos elencos, mas nem sempre acompanhados de histórias que explorem suas experiências de forma profunda. Muitas vezes, a inclusão parece uma obrigação protocolar, não uma escolha narrativa real, o que gera distanciamento e falta de engajamento.

Nesse sentido, o horário das sete tem se destacado. Em 2023, Vai na Fé, de Rosane Svartman, alcançou 23,4 pontos ao unir temas sociais, questões religiosas e personagens com conflitos palpáveis. O sucesso se repete com Dona de Mim, que deve se tornar a novela mais longa do horário, com 220 capítulos previstos até 2026, sinalizando uma rara sin-tonia entre proposta e expectativa do público.

Curiosamente, tramas esquecidas na TV ganham nova vida no streaming. Viver a Vida (2009), antes discreta, voltou a ser sucesso ao retratar uma protagonista negra forte, um retrato mais desejado hoje do que há 15 anos, quando debates sobre representatividade ainda engatinhavam.

Mesmo assim, o poder da televi-são resiste quando acerta o tom. O remake de Renascer alcançou 311 milhões de horas assistidas em duas semanas, superando até produções globais da Netflix. O público pode ter mudado de tela, mas não de emoção: as novelas ainda vivem — apenas trocaram de endereço e aprenderam a dia-logar com novos hábitos e novas expectativas.

Dora Kramer*

Lula enfrenta parada indigesta

Convites de presidente de República habitualmente não se recusam, ainda mais quando dirigidos a autoridades que estão na mesma cidade e sem afazeres que as impeçam de comparecer. A não ser que as ausências contenham significado e recado explícitos de contrariedade.

Foi assim interpretada a decisão dos presidentes da Câmara e do Senado de faltar à cerimônia de assinatura da lei de isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) e o senador Davi Alcolumbre (União-AP) atiraram em várias direções: conseguiram que as ausências tivessem mais destaque que o projeto e mostraram que o desacerto vai além de atritos com líderes petistas, alcança o presidente Lula (PT).

Ademais, negaram prestígio aos festejos da bandeira de campanha pela reeleição; evitaram ouvir do presidente palavras de apreço para tentar desanuviar o clima e ainda procuraram produzir um efeito demonstração para as tropas mais fiéis aos comandantes nas duas Casas.

A História nos conta que na vigência da democracia presidente da República algum se sus-

tenta em contraposição acentuada ao Congresso. Tanto pode ficar vulnerável ao extremo de um impeachment - o que não é o caso - quanto se tornar alvo de derrotas constantes ao ponto da ungovernabilidade.

O Parlamento é o dono do jogo e, portanto, cabe ao presidente calibrar os lances a fim ao menos de conseguir um empate. Lula não está se comportando assim, simplesmente porque trocou as tarefas de Estado pelas ações de candidato. Como tal, demarca terrenos no intuito de ganhar a parada.

Embora a campanha eleitoral já tenha começado, ainda há mais de um ano de governo. É muito chão para o presidente achar que a batalha está ganha. Motta e Alcolumbre não tiveram oponentes nas eleições para Câmara e Senado, são de partidos de oposição e se identificam ideologicamente com a maioria.

Lula não tem nada a ganhar e pode ter muito a perder se não descer do palanque para se dar ao sacrifício do beija-mão.

*Jornalista e comentarista de política

Opinião do leitor

Sono

Pesquisas encontram vínculo estatístico entre menos horas de repouso noturno e risco de desenvolvimento de enfermidades crônicas em pessoas acima dos 50 anos. Acima dos 50 anos, ideal é ter 7 horas de sono para prevenir doenças.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nílson Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Berthold (Diretor Geral)
patrickberthold@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Iye Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042 7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Águia Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.